

## DEBATE

# Região Sul debate propostas para Conferência Nacional de Comunicação

Os preparativos para a Primeira Conferência Nacional de Comunicação, marcada para dezembro deste ano, começaram na Região Sul com a pré-conferência Regional Sul de Comunicação, realizada entre os dias 13 e 15 de maio, em Florianópolis (SC), com a presença de representantes das entidades filiadas à CUT em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Foram três dias de palestras e debates que tiveram como principal objetivo mobilizar a sociedade para discutir e propor políticas públicas para a área de comunicação no país. Um dos palestrantes do evento, o jornalista e sociólogo José Torves, diretor da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), lembrou que será a primeira vez que um debate como este vai reunir não apenas governo e representantes dos grandes grupos de mídia do país, mas também a sociedade como um todo, que poderá propor efetivamente mudanças.

Dentre os inúmeros temas, a sociedade terá a oportunidade de discutir as concessões de canais. "Hoje, 1/3 do

Congresso Nacional é proprietário de concessões de rádio e TV. Isso é preocupante. Esses interesses se cruzam com a política, pois são grupos de mídia que atuam como partidos políticos", afirma Torves.

Ele também alerta para a importância de instrumentalizar a sociedade para melhor compreender a mídia e a necessidade de se fazer uma leitura crítica dela. Torves está percorrendo o país com este objetivo, informar as pessoas da importância de participar e propor políticas. "Não queremos que nessa Conferência estejam apenas governo, jornalistas e representantes dos grupos de mídia. Queremos a sociedade participando, pois é de interesse de todos a pluralidade de informações", destaca.

Outro ponto importante na avaliação de Torves é a garantia de uma legislação de fiscalização dos grupos de comunicação, citando o caso da RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações) com suas 22 estações de TV na Região Sul, quando a lei permite apenas três, e 25 emissoras de rádio.



Jornalista e sociólogo, José Torves, diretor da Fenaj

Foto: Davi Macedo/CUT/PR - Divulgação

## CENSURA

## Projeto de Lei que mira nos abusos da internet acerta em cheio na liberdade de expressão

Um projeto de lei proposto pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que enquadra crimes cometidos pela internet, e apelidado de "Lei Azeredo", gera críticas de diferentes setores da sociedade civil. Aprovado no Senado em julho de 2008 por votação simbólica, ele tramita na Câmara dos Deputados, mas não tem data para apreciação.

No total, o projeto cria 13 novos crimes, com penas que variam de um a três anos de prisão na maioria dos casos. O texto considera crime estelionato e falsificação de dados eletrônicos ou documentos; criação ou divulgação de arquivos com material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes; roubo de senhas de usuários do comércio eletrônico; e divulgação de imagens privadas.

Entidades da sociedade civil, políticos e músicos fizeram um protesto, em São Paulo, no dia 14 de maio contra o Projeto de Lei. Os manifestantes argumentam que o texto coloca em risco a liberdade na rede e o comparam ao AI-5 (Ato Institucional número 5), um dos principais símbolos da ditadura militar no Brasil.

Os críticos consideram o texto amplo e vago, por abarcar questões como roubo de senhas e dados, a pedofilia e direito autoral em uma lei só. Eles indicam que a medida dá margem à criminalização de usuários de internet que baixam e trocam arquivos (músicas, textos e vídeos) sem autorização do titular. Outro ponto de discórdia é o que determina que os provedores tenham de manter, por três anos, os dados de acesso de internet dos clientes, com origem, data e horário. ■

Arte: Rodrigo Vizotto/D3 Comunicação

